Estratégia
CONCURSOS

Aul

Passo Estratégico de Contabilidade Geral p/ ISS-Porto Alegre (Auditor-Controle Interno)-FUNDATEC

Professor: Equipe Luis Eduardo e Rafael Barbosa, Equipe Rafael Barbosa, Rafael Barbosa, Tiago Vespoli

1 - Introdução 2
Cronograma do nosso Passo Estratégico para Auditor de Controle Interno do ISS Porto Alegre. ... 5
2 - Análise Estatística 7
2.1 - Análise Estatística: FUNDATEC – Últimos 10 anos – Área Fiscal 7
2.2 - Conclusão da Análise Estatística 8
3 - Análise das Questões 9
4 – Checklist de Estudo 23
5 – Pontos de Destaque 23
Ponto #1: Conceitos Básicos da Contabilidade 24
Ponto #2: Usuários da Contabilidade 25
Ponto #3: Campo de Atuação 26
Ponto #4: Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis 27
Características Qualitativas Fundamentais 28
Características Qualitativas de Melhoria 30
Ponto #5: Premissa Subjacente 33
Ponto #6 Elementos das Demonstrações Contábeis 34
Ponto #7 Mutações NA POSIÇÃO FINANCEIRA 36
Ponto #8 Performance 36
Ponto #9 Reconhecimento 37
Ponto #10: Princípios de Contabilidade x CPC 00 37
6 - Questionário de Revisão 40
7–Aposta Estratégica 41
8 - Considerações Finais 43
9- Lista das Questões 44
10 - Gabarito 51
11–Mentalizando 52

1 - INTRODUÇÃO

Fala, nobre concurseiro! Tudo bem com você?

Eu me chamo **Luis Eduardo**, Auditor Fiscal do Estado de São Paulo, e divido este trabalho com **Rafael Barbosa**, Auditor Fiscal do Estado de Pernambuco. Fazemos parte da equipe de *coaches* aqui do Estratégia Concursos e faremos esse curso a quatro mãos.

É comum encontrar um de nós falando sobre técnicas de estudo ou sobre motivação em *webinários* ou nas nossas redes sociais, mas hoje estamos aqui para apresentar a vocês o primeiro Relatório de Contabilidade Geral para o concurso de **Auditor de Controle Interno do ISS Porto Alegre.**

Umas das maiores dificuldades dos concurseiros é saber "pescar", na grande enxurrada de informações, apenas aquelas que retornarão, com minimizado esforço, os maiores benefícios para a sua preparação.

O projeto "Passo Estratégico" tem justamente o objetivo de "filtrar" os assuntos mais recorrentes e indicar onde você deve concentrar suas energias, encurtando o seu caminho até a aprovação.

E, para te mostrar a importância deste material, queremos iniciar este relatório contando um pouquinho das nossas trajetórias até a aprovação, beleza?

Trajetória Rafael Barbosa: Obtive minha primeira aprovação em concursos (para nível médio) aos 17 anos, fui aprovado no concurso da EsSA (Sargento do Exército Brasileiro).

Foi meu primeiro cargo público (e meu primeiro emprego também). Como já tinha um cargo de nível médio (e não pretendia ser militar por muito tempo), fiz vestibular para a Universidade de Brasília-UnB (Ciências Contábeis), já pensando em fazer outros concursos.

Sempre tive o objetivo de ser Auditor Fiscal, mas, por questões de estratégia, resolvi primeiro ocupar um cargo melhor (de nível superior), para depois focar na área fiscal.

Tive então dois momentos como concurseiro: de setembro de 2009 a novembro de 2010 (primeiro passo); e de janeiro de 2013 a setembro de 2014 (segundo passo).

No primeiro momento, eu trabalhava 6 horas e fazia faculdade, isso mesmo, comecei a fazer concurso de nível superior ainda na graduação.

Fiz diversas provas e passei em 5 (Analista de Planejamento da SEPLAG-PE, Analista da SAD-PE, Analista do MTUR, Analista da DPU e Analista judiciário do TRT-RN (todos no ano de 2010). Escolhi o último e fui curtir um pouco de "descanso" em Natal/RN.

Enquanto trabalhava no TRT-RN, ocupando também um cargo comissionado (Secretário de Planejamento) e lecionando na UFRN, decidi ser auditor. Este foi o meu segundo momento como concurseiro.

Iniciei então os estudos para a área fiscal. Meu maior objetivo era a SEFAZ-PE (por ser no meu Estado), que havia 22 anos que não fazia seleção (esse concurso tava virando lenda urbana rsrsr).

No caminho para a SEFAZ-PE, levando em conta que ele poderia não sair, fiz muitos concursos e passei em alguns: Auditor da CGE-CE, Auditor da CGE-MA e Auditor do TCE-BA. Mas, por questões de logística, não assumi nenhum deles.

Aí a lenda (SEFAZ-PE) virou realidade em julho de 2014 e, de “brinde", ainda saiu o ISS Recife coladinho. Inscrevi-me nos dois, como um bom concurseiro destemido. Pra deixar tudo ainda mais radical, as provas foram aplicadas em finais de semana consecutivos.

Fiz primeiro a prova do ISS Recife, mas não fui bem em AFO, o que me jogou lá para longe (também passei nesse, mas entreguei o termo de desistência). Em seguida, no meio da depressão pós ISS Recife, fiz o do ICMS de Pernambuco e, com a graça de Deus, consegui a aprovação.

Durante todo esse caminho, percebi que eu não precisava saber de tudo, porque tem assuntos que sempre caem e outros que raramente eram cobrados. Aí cabia a eu perceber e identificar esses detalhes. Por isso é tão importante fazer questões, muitas questões!

Isso fez toda a diferença no meu desempenho em provas, porque eu não gastava energia com coisas que eu sabia que não eram relevantes. E é justamente nesse ponto que o Passo Estratégico vai te ajudar dando mais objetividade aos seus estudos.

Trajetória Luis Eduardo: Eu comecei a estudar para concursos em meados de 2009, após ter decidido pedir baixa da Escola Naval, que é uma instituição de nível superior da Marinha.

Então, como saí no meio do curso – e, portanto, sem o diploma -, comecei a estudar para concursos de nível médio. Meu plano era passar em algum concurso que me desse condições financeiras de me preparar bem para os concursos de nível superior.

Fui aprovado em alguns concursos e reprovados em outros! Entre eles, logrei êxito no BACEN (Banco Central) e no MPU (Ministério Público da União). Comecei a trabalhar no MPU em novembro de 2010. Fui lotado em uma das Procuradorias do Trabalho, ramo do Ministério Público do Trabalho, no Centro do Rio de Janeiro.

Naquele momento, então, eu estava ganhando um salário que me permitia fazer mais investimentos no meu estudo para os concursos de nível superior.

Logo, optei por me dedicar aos concursos públicos da área fiscal!

Quer saber porque eu escolhi a área fiscal? Acesse o link abaixo e dê uma olhadinha no artigo que eu escrevi sobre concursos fiscais...
https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/concursos-fiscais/

Após alguns meses de férias dos estudos e, então, após o carnaval de 2011, eu comecei a me preparar para a área fiscal. E, em menos de duas semanas, eu já estava abismado com a quantidade de coisas que eu deveria estudar.

Para os concursos de nível médio que havia feito em 2009/2010, eu já sabia os pontos mais importantes, o que caía mais e o que não caía na prova, quais eram as partes chatas que – não tinha saída – eu teria que decorar e também quais eram os assuntos complicados que eu poderia, até mesmo, nunca estudar em virtude da pouca relevância.

Por mais que os livros, as aulas em vídeo e os cursos em pdf já buscassem dar uma boa perspectiva sobre a probabilidade de cobrança de cada assunto do ponto de vista do professor, ainda assim eu notava que a percepção do concurseiro sobre o estudo em cada disciplina era importantíssima para guiá-lo nos estudos.

Assim, logo que iniciei os meus estudos, eu ficava imaginando se não existia alguma possibilidade de ter acesso ao ponto de vista de uma pessoa aprovada nos concursos que eu queria fazer. Seria interessante saber como a experiência daquele aprovado na área fiscal poderia me ajudar no planejamento dos meus estudos (o que priorizar nos meus estudos, em quais assuntos não ficar se prendendo muito etc).

Apesar de hoje existir o coaching para concursos, que já busca orientar o aluno nesse sentido, o Passo Estratégico vem suprir essa demanda de forma "documentada" e detalhada através desses relatórios. Além disso, temos a proposta de oferecer "Análises Estatísticas" e os "Questionários de Revisão", que serão excelentes ferramentas para repassar os pontos mais importantes da matéria de forma otimizada através de perguntas e respostas.

Eu sempre conto para os meus alunos do coaching o seguinte: quando eu comecei a estudar para a área fiscal, escolhi um material de Contabilidade Geral que era famoso na época. Comecei a estudá-lo e o começo fluiu bem. Entretanto, depois da 4ª ou 5ª aula, eu não conseguia avançar mais. Não estava entendendo nada e acabava não seguindo em frente. Optei então por substituir o material.

Com o segundo material, já iniciei bem, mas acabei ficando parado novamente naquele mesmo assunto que eu não tinha entendido através do primeiro material.

Finalmente, peguei um terceiro material e então as coisas seguiram muito bem, fui avançando e concluí o estudo da disciplina de Contabilidade Geral.

Após ter me tornado então um bom aluno na Contabilidade e de estar acertando vários exercícios, percebi que realmente o melhor material de estudo era o primeiro material que eu havia estudado. Era muito melhor do que os outros dois tanto na didática quanto na profundidade dos assuntos, no comentário dos exercícios etc.

Entretanto, a minha percepção, enquanto aluno iniciante na disciplina, era que o melhor material havia sido aquele terceiro, que havia me feito, definitivamente, superar alguns assuntos e seguir adiante.

Aqui vejo, então, o problema de vários concurseiros, assim como foi o meu: dificilmente conseguimos identificar corretamente as causas de nossas dificuldades no estudo e, consequentemente, como resolvê-las.

A minha dificuldade naquele momento inicial era perceber que a Contabilidade Geral é realmente uma disciplina complicada para quem nunca estudou e que, portanto, diferentemente das disciplinas de direito que eu estava estudando, eu precisaria "quebrar mais a cabeça" para entender.

Logo, quando me deparei com aquela dificuldade na Contabilidade, eu tentava entendê-la melhor a qualquer custo (perdia 1h em 3 páginas) e isso impedia o meu avanço. O pior foi que acabei trocando de material várias vezes e atrasando o meu estudo. Além disso, o terceiro material que estudei, de fato, era o pior dos 3 materiais de Contabilidade que eu havia tentado estudar.

Parando para analisar posteriormente, reparei que eu só havia entendido a Contabilidade Geral pelo terceiro material, pois, através dele, eu estava vendo novamente os assuntos pela terceira vez, o que acaba ajudando bastante na compreensão. Ou seja, o que me fez entender a matéria pelo terceiro material foi o fato de já ter visto a matéria várias vezes anteriormente.

Em resumo, através deste e dos demais relatórios, vamos apontar os seus esforços para a direção correta nos estudos, através da nossa experiência adquirida enquanto concurseiros. ;)

CRONOGRAMA DO NOSSO PASSO ESTRATÉGICO PARA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO DO ISS PORTO ALEGRE.

AULA	ASSUNTO	DATA
0	Apresentação.	24-mai
1	Aspectos Iniciais.	31-mai
2	Contas. Escrituração. Principais lançamentos contábeis.	7-jun
3	SIMULADO 1	14-jun
4	Balanço Patrimonial (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido).	21-jun
5	Critérios de avaliação do Ativo e do Passivo.	28-jun
6	Escrituração de Operações Típicas: Duplicatas descontada. Receitas e Despesas Financeiras. Empréstimos e Financiamentos. Folha de Pagamento. Operações com Mercadorias.	5-jul
7	SIMULADO 2	12-jul
8	Demonstração do Resultado do Exercício.	19-jul
9	Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC).	26-jul
10	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).	2-ago
11	Demonstração do Valor Adicionado (DVA).	9-ago

12	SIMULADO 3	16-ago
13	Consolidação das demonstrações contábeis.	23-ago
14	Avaliação e contabilização de itens patrimoniais e de resultado de investimentos societários no país. Ativo intangível.	30-ago
15	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	6-set
16	Redução ao valor recuperável de ativos. Operações de arrendamento mercantil. Ajuste a valor presente.	13-set
17	SIMULADO 4	20-set
18	SIMULADO FINAL	27-set

Ufa! Muita coisa, não é mesmo? Mas fiquem tranquilos que estamos aqui para tornar a sua vida mais fácil!

Neste primeiro relatório de Contabilidade Geral, vamos abordar os seguintes assuntos:

Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

Se você for um **concurseiro iniciante** e estiver começando o estudo na Contabilidade agora, eu recomendo que estude o seu material – independente de qual seja (do Estratégia, de outro curso online, em vídeo, livro ou até mesmo de curso presencial) – com este relatório ao seu lado (ou aberto no computador na sua frente ou no tablet).

Através do relatório, você vai ter acesso ao que é mais importante em cada assunto na sua prova. Isso vai te dar segurança na progressão dos seus estudos, e vai te ajudar a ter mais atenção nos tópicos do seu material que os relatórios demonstrarem serem importantes.

Entretanto, caso você seja um **concurseiro intermediário/avançado**, este relatório vai ajudá-lo de diversas maneiras:

Demonstrar o que mais cai na prova dentre tudo aquilo que você já estudou (vai te ajudar a estabelecer a prioridade de revisão de cada assunto na sua rotina);

Revisar os assuntos tratados no relatório de maneira rápida (através dos questionários); e

Fazer um "controle de qualidade" dos seus resumos (para que eles abordem os assuntos mais relevantes da sua prova).

Constará em cada relatório uma seção chamada "Análise Estatística", onde iremos demonstrar a ocorrência de cada assunto em editais, provas e também no conjunto total de questões de Contabilidade Geral e Avançada feita pela banca.

Iremos analisar a ocorrência de cada um dos assuntos com base nos últimos 5 anos de concursos da banca.

Esperamos que, através deste relatório, você tenha as informações mais preciosas – e de forma objetiva – sobre o assunto abordado.

Agora vamos ao que interessa. Bons estudos!

2 - ANÁLISE ESTATÍSTICA

2.1 - ANÁLISE ESTATÍSTICA: FUNDATEC – ÚLTIMOS 10 ANOS – ÁREA FISCAL

Considerando as provas objetivas dos últimos 10 anos da FUNDATEC:

Tabela 01

ASSUNTO	Qtde de concursos que previram a disciplina Contabilidade Geral e Avançada	Qtde de concursos que previram o assunto no edital	% de incidência do assunto no edital da disciplina
Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo CFC.	18	18	100,00%

Tabela 02

ASSUNTO	Qtde de concursos que previram o assunto no edital	Qtde de concursos que efetivamente cobraram o assunto em prova	% de incidência do assunto nas provas da banca
Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo CFC.	18	4	22,22%

Tabela 03			
ASSUNTO	**Total de questões das provas de Contabilidade Geral e Avançada**	**Total de questões em que o assunto foi abordado**	**% de incidência do assunto no total de questões da disciplina**
Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo CFC.	143	9	6,29%

Assunto: Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

Tabela 1: de todos os editais da FUNDATEC (amostra) que trouxeram a Contabilidade Geral e Avançada, em 100% dos casos havia a cobrança do assunto.

Tabela 2: quando o edital pedia o assunto no conteúdo programático da disciplina, o mesmo foi cobrado nas respectivas provas em 22,22% dos casos.

Tabela 3: de todas as questões de Contabilidade Geral e Avançada da FCC FUNDATEC (amostra) nos últimos 10 anos, o assunto foi cobrado em 6,29% do total de questões.

2.2 - Conclusão da Análise Estatística

Pessoal! O assunto da aula de hoje é muito importante para a sua prova e corresponde a 6,29% das questões da nossa amostra.

Dessa forma, não podemos deixar de reconhecer que esses assuntos são a base para o bom entendimento da Ciência Contábil, por isso não podemos deixar de estudá-los.

Não obstante, como forma de prepará-los, trouxemos algumas questões da banca FUNDATEC e também de outras bancas para que vocês possam treinar.

A ideia é apresentar apenas o que consideramos mais relevantes para o bom entendimento das demais aulas do curso. Bons estudos!

3 - ANÁLISE DAS QUESTÕES

Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo CFC.

1. FUNDATEC - Auditor do Estado (CAGE RS)/2014

A partir da Teoria Contábil, considera-se objeto da contabilidade:

a) Os atos e fatos patrimoniais.

b) O patrimônio das entidades.

c) As entidades públicas e privadas.

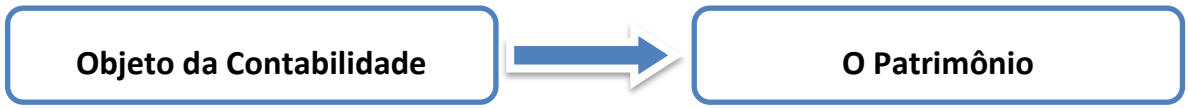
d) Os atos e fatos da gestão.

e) As entidades empresariais e sem fins lucrativos.

Comentários:

A questão cobra conceitos básicos da contabilidade.

Como sabemos, o **objeto da contabilidade** é o **patrimônio**. Muita atenção, pois aqui está a razão de ser da Contabilidade. Por patrimônio, entenda o conjunto de **bens, direitos e obrigações da entidade**.



Portanto, a nossa resposta está na letra B, o patrimônio das entidades.

Gabarito: B

---

2. FUNDATEC - Controlador Interno (CIGA SC)/2018

O Princípio de Contabilidade que determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido, é o da:

a) Competência.

b) Competitividade.

c) Máxima Cautela.

d) Prevenção.

e) Prudência.

Comentários:

A questão cobra conceitos sobre os princípios da Contabilidade.

O Princípio da Prudência determina a adoção, em caso de dúvida, do maior valor para o Passivo e o menor valor para o Ativo. Notem que a intenção é resguardar a empresa, sempre apresentando a hipótese mais conservadora.

Esse princípio estava previsto no artigo 10 da Resolução CFC nº 750/1993, que encontra-se revogada):

> *Art. 10. O Princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.*
>
> *Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.*

Mesmo sabendo que a resolução 750/93 foi revogada pelo Pronunciamento Técnico – Estrutura Conceitual, achamos oportuno trazer esta questão nesta aula, pois **os princípios contábeis ainda subsistem**, mesmo após a revogação da resolução 750/93.

Como podemos concluir, o princípio exposto pela questão é o **Princípio da Prudência.**

Gabarito: E

---

3. FUNDATEC - Contador (CM Camaquã)/2015

É o Princípio Contábil que pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro. Portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. A qual princípio se refere esse conceito?

a) Prudência.

b) Entidade.

c) Longo Prazo.

d) Continuidade.

e) Competência.

Comentários:

A questão aborda conceitos sobre os princípios da Contabilidade, vejamos:

PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE:

Pressupõe que a Entidade **continuará em operação no futuro** e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

Segundo este princípio, a avaliação das mutações patrimoniais deve considerar a hipótese de que, até que surjam evidências em contrário, a empresa continuará a operar indefinidamente no futuro.

A continuidade da entidade influencia o valor econômico dos seus ativos e, em muitos casos, o valor e o vencimento de seus passivos.

Importante: atualmente, a Continuidade é tida como **Premissa Subjacente** pelo CPC 00.

Portanto, o **princípio da continuidade** é o Princípio Contábil que pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro.

Gabarito: D

---

4. FUNDATEC - Auditor do Estado (CAGE RS)/2014

O Princípio Contábil da Prudência determina a adoção

a) do maior valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

b) do menor valor para os componentes do Ativo e do menor para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

c) do maior valor para os componentes do Ativo e do menor para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

d) do menor valor para os componentes do Ativo e de menor ou igual valor para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

e) do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Comentários:

A questão cobra do candidato conhecimento sobre os princípios contábeis.

O Princípio da Prudência determina a adoção, em caso de dúvida, do maior valor para o Passivo e o menor valor para o Ativo. Notem que a intenção é resguardar a empresa, sempre apresentando a hipótese mais conservadora.

Esse princípio estava previsto no artigo 10 da Resolução CFC nº 750/1993, que se encontra revogada:

> *Art. 10. O Princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.*
>
> *Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.*

Mesmo sabendo que a resolução 750/93 foi revogada pelo Pronunciamento Técnico – Estrutura Conceitual, achamos oportuno trazer esta questão nesta aula, pois os princípios contábeis ainda subsistem, mesmo após a revogação desta resolução.

Como podemos concluir, nosso gabarito está na alternativa E.

Gabarito: E

---

5. FUNDATEC - Técnico Superior Administrativo (IRGA)/Contabilidade e Finanças/2013

De acordo com a Resolução CFC nº 750/93, qual o princípio contábil que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas?

a) Competência.

b) Realização.

c) Oportunidade.

d) Consistência.

e) Materialidade.

Comentários:

Mais uma questão versando sobre os princípios da Contabilidade.

O enunciado da questão se refere ao princípio da oportunidade, que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações **íntegras e tempestivas**.

Para este princípio, as variações patrimoniais devem ser reconhecidas no momento em que ocorrem, independentemente do pagamento ou recebimento.

O princípio da oportunidade apresenta duas dimensões, integridade e tempestividade, a saber:

I)Integridade refere-se à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, sem omissões ou excessos.

II) Tempestividade diz respeito ao momento do registro da variação patrimonial, devendo este ser efetuado no momento em que ocorre, mesmo na hipótese de alguma incerteza.

Portanto, nosso gabarito é a letra C.

Gabarito: C

---

6. FUNDATEC - Auditor do Estado (CAGE RS)/2014

As características qualitativas fundamentais da informação contábil são relevância e representação fidedigna. Com relação à relevância, é correto afirmar que:

a) Um retrato da realidade econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos.

b) Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e aplicado livre de erros.

c) A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão, mesmo que alguns usuários tenham decidido não a levar em consideração ou já tenham tomado ciência de sua existência por outras fontes.

d) A informação deve ser completa, neutra e livre de erro.

e) O retrato da realidade econômica completo deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias.

Comentários:

A questão cobra conceitos sobre as características qualitativas fundamentais da informação contábil.

Conforme mencionado no enunciado, as características qualitativas fundamentais são: relevância; e representação fidedigna.

Por relevância, entendemos:

As informações são relevantes quando **podem influenciar as decisões econômicas dos usuários**, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros, ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores. Para terem valor como previsão, as informações não precisam estar em forma de projeção explícita.

Informações sobre a posição patrimonial e financeira e o desempenho passado são frequentemente utilizadas como **base para projetar a posição e o desempenho futuros**. Estas informações são capazes de fazer diferença nas decisões se tiverem valor preditivo, valor confirmatório ou ambos.

> **Valor Preditivo** - *a informação contábil-financeira tem valor preditivo se puder ser utilizada como **dado de entrada** em processos empregados pelos usuários **para predizer futuros resultados**. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições*. (CPC 00 – R1)
>
> **Valor Confirmatório** - *a informação contábil-financeira tem valor confirmatório se **retroalimentar – servir de feedback** – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las)*.



A relevância das informações é afetada pela sua natureza (o que é) e materialidade (o quantum). Sendo que em alguns casos, a natureza das informações, por si só, é suficiente para determinar a sua relevância.

Feita essa introdução, podemos voltar para à nossa questão.

Analisando as alternativas, podemos ver que a única condizente com a relevância é a letra C: a informação pode ser capaz de **fazer diferença** em uma decisão, **mesmo que alguns usuários tenham decidido não a levar em consideração ou já tenham tomado ciência de sua existência por outras fontes.**

Gabarito: C

---

7. (2013 – AFR-ICMS-SP) ---Princípios de Contabilidade

O Princípio

I. da Entidade estabelece que o patrimônio pertence à entidade e que não se confunde com o patrimônio dos seus sócios ou proprietários.

II. da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio não precisam levar em conta esta circunstância.

III. do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

IV. da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos em que ocorrem os respectivos recebimentos ou pagamentos.

Está correto o que se afirma em:

a) I, II e III, apenas.

b) II e IV, apenas.

c) I, II e IV, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II, III e IV.

Comentários:

Questão bem tranquila, cobra apenas a literalidade dos princípios...

O item II está errado quando diz “a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio não precisam levar em conta esta circunstância”, porque se a entidade tiver a intenção ou necessidade de entrar em liquidação, as demonstrações contábeis terão que ser preparadas numa base diferente e, nesse caso, tal base deverá ser divulgada. A continuidade da entidade influencia o valor econômico dos seus ativos e, em muitos casos, o valor e o vencimento de seus passivos.

O item IV está flagrantemente equivocado porque o princípio da competência diz exatamente o contrário: considera as receitas realizadas e as despesas incorridas no período da ocorrência de seus fatos geradores, independentemente de seu recebimento (receitas) ou pagamento (custos ou despesas).

Os demais itens não merecem retoques.

Gabarito: D

---

8. (2012 – AFTM-ISS-SP)

Sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiro, considere:

I. As autoridades tributárias podem determinar exigências específicas para atender a seus próprios interesses e, consequentemente, mudar a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral.

II. A avaliação da administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas é uma das necessidades comuns da maioria dos usuários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

III. O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos.

IV. Comparabilidade é a característica qualitativa que define o uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) II, III e IV.

b) I e II.

c) II e III.

d) III e IV.

e) I, II e III.

Comentários:

Percebam como essas questões conceituais cobram a literalidade das normas, não tem muito como fugir disso.

O Item I torna-se incorreto quando diz que "as autoridades tributárias podem determinar exigências específicas para atender a seus próprios interesses e, consequentemente, **mudar** a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral". Essa afirma contradiz o disposto na introdução do CPC 00: *"[...] Essas exigências (das autoridades tributárias), no entanto,* ***não devem afetar as demonstrações*** *segundo esta Estrutura Conceitual".*

O erro do item IV está na confusão que examinador tenta fazer entre Comparabilidade e Consistência, que são coisas distintas. Segundo o QC22 do CPC 00 (R1*):*

> *"Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. Consistência*

> *refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, **tanto de um período para outro** considerando a mesma entidade que reporta a informação, **quanto para um único período entre entidades**. Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo".*

Os demais itens não apresentam erro, portanto:

Gabarito: C

---

9. (2013 – AFR-ICMS-SP)

O auditor externo, ao avaliar as demonstrações contábeis da empresa Saracura farmacêuticas S.A., solicitou que as provisões para créditos de liquidação duvidosa fossem constituídas de forma conservadora, incluindo todos os créditos vencidos há mais de 60 dias. O procedimento foi adotado em decorrência de a empresa estar com bons resultados e apresentar posição mais conservadora, resguardando a administração e a auditoria. Nesse caso, a estrutura conceitual vigente

a) está sendo atendida, pois contempla a característica da prudência, requisito básico para elaboração de uma demonstração contábil fidedigna.

b) não está sendo atendida, uma vez que para reconhecer os créditos vencidos há mais de 60 dias, a empresa tem a obrigatoriedade de efetuar a cobrança judicialmente para só posteriormente realizar a provisão.

c) está sendo atendida, pois ela faculta a apresentação das demonstrações contábeis considerando a característica da prudência.

d) não está sendo atendida, pois ela não permite a apresentação de uma demonstração fidedigna e que seja consistente com a neutralidade.

e) está sendo atendida, desde que sejam justificados os motivos que levaram à adoção do procedimento, em nota explicativa, e quantificados seus efeitos.

Comentários:

Questão anulada pela banca.

O gabarito provisório dessa questão era a alternativa C, mas a questões foi anulada por afronta à estrutura conceitual da contabilidade, que não permite essas "constituições conservadoras", por mácula à Representação Fidedigna. Vide QC12 do CPC00 (R1):

> *"QC12. Os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números. Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível."*

Acentua ainda o referido CPC, em seu prefácio, que:

> *"A característica prudência (conservadorismo) foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade. Subavaliações de ativos e*

> *superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra". [grifo nosso]*

Portanto, a questão não apresenta alternativa válida.

Gabarito: ANULADA

---

10. (2009 – AFR-ICMS-SP)

A empresa Empreendimentos S.A. atua no seguimento da construção civil exclusivamente na construção de agências bancárias. Nesse mercado a inadimplência é próxima de zero em decorrência de o setor ser bastante forte. Com o objetivo de ampliar seus negócios, a empresa passou a atuar, no último ano, no seguimento de casas populares, em que o ganho é maior e o risco de inadimplência, também. O faturamento nesse primeiro ano representou 2% do total. A empresa deve divulgar essa informação por ser

a) material e permitir a avaliação do patrimônio líquido.

b) neutra e não modificar a análise do usuário.

c) essencial para o encerramento das demonstrações contábeis.

d) direcionadora para tomada de decisões a favor da empresa.

e) relevante e afetar a avaliação de riscos e oportunidades.

Comentários:

Essa questão foi feita à luz do CPC 00 em sua primeira "edição", que foi publicada em 14 de março de 2018, e traz conceitos sobre Relevância, que era uma das quatro *Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis.*

> *Conforme dispões o item 26 do CPC 00: "Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores."*

Regra geral, a relevância depende da materialidade, o que estaria descartada em relação à nova linha de atuação da empresa Empreendimentos S.A., que teria um faturamento de apenas 2% do total da empresa. No entanto, a própria norma excepciona esta regra, como se vê no item 29 do CPC 00:

> *"[...] Em alguns casos, a natureza das informações, por si só, é suficiente para determinar a sua relevância. Por exemplo, reportar um novo segmento em que a entidade tenha passado a operar poderá afetar a avaliação dos riscos e oportunidades com que a entidade se depara, independentemente da materialidade dos resultados atingidos pelo novo segmento no período abrangido pelas demonstrações contábeis." [grifos nossos]*

Portanto, apesar de imaterial, o novo segmento é relevante, pois afetará a tomada de decisão, e deverá ser divulgado pela empresa.

Gabarito: letra E

---

11. (2014- ACE– TCE GO)

A contabilidade sempre requereu dos contabilistas que os registros contábeis fossem elaborados em conformidade com a documentação que oficializa a transação efetuada. Com as novas normas contábeis, para que o fato contábil seja registrado, além da documentação, deve ser avaliada

a) a materialidade.

b) a essência.

c) a prudência.

d) a solvência.

e) o custo-benefício.

Comentários:

Vamos analisar o que diz o § 2º do art. 1º da Resolução CFC nº 750/93 (revogada).

§ 2º Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a ***essência*** *das transações* ***deve prevalecer*** *sobre seus aspectos formais.*

Desta forma, para que a informação represente adequadamente as transações, a essência deve prevalecer sobre a forma, ou seja, é necessário que as transações sejam contabilizadas e apresentadas de acordo com a sua substância e realidade econômica (essência), e não meramente sua forma legal.

Para fins de complementação, vamos observar o que o CPC 00 (R1) nos apresenta:

> *A característica* ***essência sobre a forma*** *foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna,* ***por ser considerado isso uma redundância****. A representação pela forma legal que difira da substância econômica não pode resultar em representação fidedigna, conforme citam as Bases para Conclusões. Assim, essência sobre a forma continua, na realidade, bandeira insubstituível nas normas do IASB.*

Importante: A revogação da Resolução CFC 750 não implica na extinção dos princípios, pois os mesmos estão contidos dentro dos pronunciamentos técnicos atuais.

Assim sendo, com as novas normas contábeis, para que o fato contábil seja registrado, além da documentação, deve ser avaliada a sua **essência.**

Gabarito: B

---

12. (2012- AJAC - CONTABILIDADE – TRF 2)

O princípio fundamental de contabilidade que estabelece que o reconhecimento das receitas deva ocorrer simultaneamente com o das despesas a ela correlacionadas denomina-se princípio da

a) Entidade.

b) Oportunidade.

c) Continuidade.

d) Competência.

e) Materialidade.

Comentários:

Mais uma questão cobrando a Resolução CF 750/93 (revogada), vamos ver o que dispõe o Art. 9ª:

> *"Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.*
>
> *Parágrafo único. "O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas."*

Analisando o que dispõe a Resolução 750/93, concluímos que a alternativa correta é a **letra D,** pois o princípio que estabelece que o reconhecimento das receitas deva ocorrer simultaneamente com o das despesas a ela correlacionadas denomina-se princípio da **competência.**

Relembrando:

Importante:A revogação da Resolução CFC 750 não implica na extinção dos princípios, pois os mesmos estão contidos dentro dos pronunciamentos técnicos atuais.

Gabarito: D

13. (2012- AJ – CONTADOR - TJ PE)

A adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido, é determinada pelo princípio

a) da entidade.

b) da continuidade.

c) do registro pelo valor original.

d) da prudência.

e) da competência.

Comentários:

A questão cobra o artigo 10 da Resolução CFC nº 750/1993 (revogada), que dispõe sobre os Princípios de Contabilidade:

> *Art. 10. O Princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.*
>
> *Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.*

Mesmo sabendo que a resolução 750/93 foi revogada pelo Pronunciamento Técnico – estrutura conceitual, achamos oportuno trazer esta questão nesta aula, pois os princípios contábeis ainda subsistem, mesmo após a revogação da resolução 750/93.

Como podemos concluir, o princípio exposto pela questão é o da **Prudência.**

Gabarito: D

---

14. (2017- AJ - CONTABILIDADE– TRT 11)

O objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral é

a) atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam para a tomada de decisão.

b) determinar o valor de mercado da entidade que reporta a informação para que investidores existentes e em potencial, credores por empréstimos e outros credores, possam tomar decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

c) fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

d) fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis à tomada de decisão pelos administradores da entidade, já que estes são incapazes de obter a informação no formato que necessitam.

e) fornecer uma descrição ou retrato exato da situação econômico-financeira da entidade para que investidores existentes e em potencial, credores por empréstimos e outros credores, possam tomar decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

Comentários:

De acordo com o CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual:

> *Objetivo, utilidade e limitações do relatório contábil-financeiro de propósito geral*
>
> *OB2. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reportingentity) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.*

Podemos ver que a questão cobra a literalidade do CPC 00, portanto, nossa resposta é a letra C, porém, vamos analisar os demais itens, tomando sempre como base o disposto no CPC 00 (R1).

a)atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam para a tomada de decisão.

Errado:

> *OB6. Entretanto, relatórios contábil-financeiros de propósito geral não atendem e não podem atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam. Esses usuários precisam considerar informação pertinente*

> *de outras fontes, como, por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.*

b) determinar o valor de mercado da entidade que reporta a informação para que investidores existentes e em potencial, credores por empréstimos e outros credores, possam tomar decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

Errado:

> *OB7. Relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.*

d) fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis à tomada de decisão pelos administradores da entidade, já que estes são incapazes de obter a informação no formato que necessitam.

Errado:

> *OB9. A administração da entidade que reporta a informação está também interessada em informação contábil-financeira sobre a entidade. Contudo, a administração não precisa apoiar-se em relatórios contábil-financeiros de propósito geral uma vez que é capaz de obter a informação contábil-financeira de que precisa internamente.*

e) Fornecer uma descrição ou retrato exato da situação econômico-financeira da entidade para que investidores existentes e em potencial, credores por empréstimos e outros credores, possam tomar decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

Errado:

> *OB11. Em larga extensão, os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, **julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos.** A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que devem amparar tais estimativas, julgamentos e modelos. Os conceitos representam o objetivo que este Comitê de Pronunciamentos Contábeis e os elaboradores dos relatórios contábil-financeiros devem se empenhar em alcançar. Assim como a maioria dos objetivos, a visão contida na Estrutura Conceitual do que sejam a elaboração e a divulgação do relatório contábil-financeiro ideal é improvável de ser atingida em sua totalidade, pelo menos no curto prazo, visto que se requer tempo para a compreensão, aceitação e implementação de novas formas de analisar transações e outros eventos. Não obstante, o estabelecimento de objetivo a ser alcançado com empenho é essencial para que o processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro venha a evoluir e tenha sua utilidade aprimorada.*

Gabarito: C

---

15. (2015- ANA– CNMP)

O objetivo da contabilidade que se concretiza pela obediência aos princípios que dirigem os seus procedimentos e que se reflete nas demonstrações que lhe cabe elaborar denomina-se

a) Escrituração.

b) Evidenciação.

c) Mensuração.

d) Consolidação.

e) Planejamento.

Comentários:

A contabilidade possui como objetivo evidenciar as alterações ocorridas no patrimônio de uma entidade, auxiliando o usuário desta informação nas decisões a serem tomadas.

A evidenciação é um **requisito essencial para a plena realização de seu objetivo principal: fornecer informações para a tomada de decisões.** Por meio desta, a contabilidade procura traduzir, em seu trabalho final, o máximo de transparência, de compreensão e legibilidade dos dados coletados, a fim de obter um processo de interação eficaz entre usuários e o sistema contábil.

Desta forma, concluímos que a **contabilidade evidencia as alterações ocorridas no patrimônio de uma entidade através de suas demonstrações contábeis.**

Gabarito: B

---

16. (2014-ACE– TCE GO)

Os três atributos para que uma demonstração financeira seja considerada fidedigna são:

a) Completa, neutra e livre de erro.

b) Suficiente, prudente e livre de fraude.

c) Limitada, suficiente e livre de erro.

d) Integral, prudente e livre de fraude.

e) Adequada, possível e livre de erro.

Comentários:

De acordo com o que dispõe o CPC 00 (R1), temos:

> *Representação fidedigna:*
>
> *QC12. Os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números. Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.*

Com esta análise do Item QC12 do CPC 00 (R1), podemos concluir que a alternativa correta é a letra A. Os três atributos para que uma demonstração financeira seja considerada fidedigna são: **completa, neutra e livre de erro.**

Gabarito: A

---

17. (2012- ACE – TCE AP)

São características qualitativas que tornam as Demonstrações Contábeis úteis para seus usuários:

a) a imaterialidade, a confiabilidade e a relevância.

b) a verificabilidade, a comparabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade.

c) a transparência, a continuidade e a independência.

d) o denominador comum, a imaterialidade e a relevância.

e) a consistência, a relevância e o custo benefício.

Comentários:

Mais uma vez observando o que o CPC 00 (R1) diz: Características qualitativas de melhoria

QC19. **Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade** são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno.

Comparabilidade

Identificar e compreender quesitos similares entre itens

Não devemos confundi-la com consistência (uso dos mesmos métodos para os mesmos itens) e com uniformidade.

Compreensibilidade

Classificar, caracterizar e apresentar informação com clareza e concisão.

Tempestividade

Ter as informações a tempo de influenciar nas decisões

Verificabilidade

Diferentes observadores chegam ao mesmo consenso, mas não ao completo acordo.

Portanto, a única alternativa correta é a letra B.

Gabarito: B

4 – Checklist de Estudo

1. É preciso saber os Conceitos Básicos da Contabilidade: objeto, objetivo, finalidade e funções da contabilidade.
2. Saiba reconhecer os usuários da contabilidade e suas respectivas necessidades de informações.
3. Revisar campo de atuação da contabilidade.
4. Não pode faltar na sua revisão: características qualitativas das demonstrações contábeis: fundamentais e de melhoria.
5. Revisar os Princípios de Contabilidade e sua relação com os CPCs.

5 – Pontos de Destaque

PONTO #1: CONCEITOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE

De início, já quero deixar claro que os conceitos a seguir quase não são cobrados em questões desta área específica, pelo menos não diretamente. Mas professor, então porque devo perder tempo com isso? Calma, jovem, você não está perdendo tempo algum. Esses conceitos são fundamentais ao bom entendimento da Ciência Contábil. Vamos estudá-los?

CONCEITO - "Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de **orientação, controle e registro** relativas à administração econômica" (1º Congresso Brasileiro de Contabilidade/1924). Este talvez seja o primeiro conceito elaborado por uma organização em solo brasileiro. Como sempre, as coisas demoram a chegar por aqui, se levarmos em consideração que a Europa já tinha uma Contabilidade desenvolvida já na era do mercantilismo. Antes tarde do que nunca, não é mesmo?

Pois bem, vamos seguir detalhando um pouco este importante conceito:

- por **orientação**, entende-se a capacidade que a contabilidade tem de guiar as decisões econômico-administrativas da entidade;
- por **controle**, entende-se a função que tem a contabilidade de controlar as movimentações/mutações ocorridas no patrimônio da empresa;
- por **registro**, entende-se a função que a contabilidade tem de, por meio da escrituração, uma das técnicas contábeis, registrar livros, que servirão de base para a apresentação das diversas demonstrações contábeis, todos os fatos contábeis ocorridos relativos à azienda.

ATENÇÃO DECORE!

Ainda sobre o conceito da Contabilidade, pode ser entendida como um **instrumento gerencial de tomada de decisão**, onde as informações obtidas nos registros contábeis permitem observar os efeitos da administração sobre a formação e a distribuição do patrimônio.

OBJETO –O **objeto da contabilidade** é o **patrimônio**. Cuidado, aqui está a razão de ser da Contabilidade. Por patrimônio, entenda o conjunto de **bens, direitos e obrigações da entidade**.

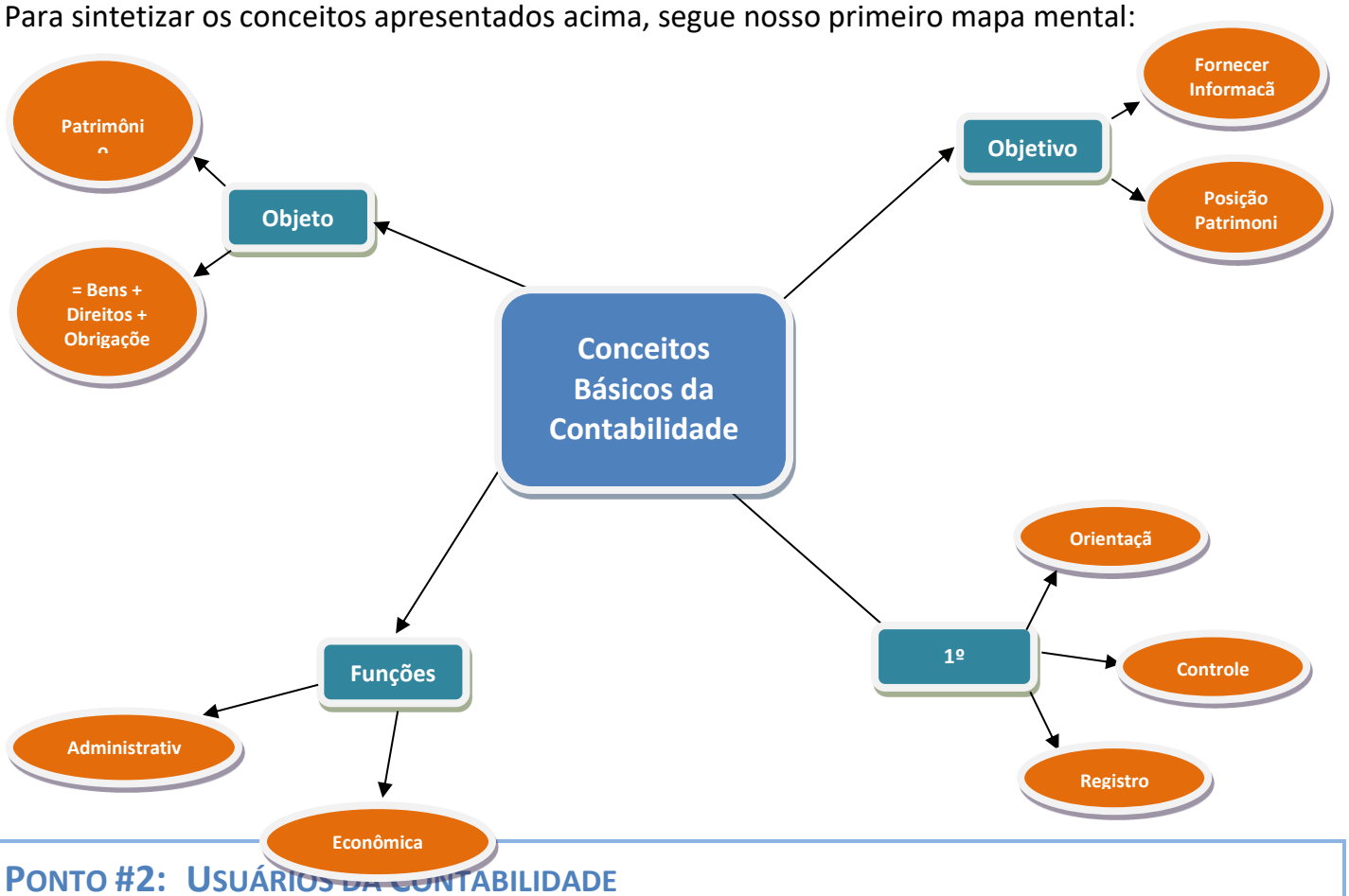
Objeto da Contabilidade → **O Patrimônio**

FUNÇÕES-A ciência contábil possibilita à administração manter o **controle permanente do patrimônio da empresa**. São duas as funções básicas da contabilidade:

- Função administrativa – está ligada à gerência e ao controle do patrimônio.
- Função econômica – tem por objetivo a apuração do resultado das atividades econômicas, demonstrando lucros ou prejuízos para determinado exercício.

OBJETIVO -O **objetivo/finalidade da contabilidade** é fornecer informação aos seus usuários acerca da posição patrimonial das entidades.

Para sintetizar os conceitos apresentados acima, segue nosso primeiro mapa mental:



PONTO #2: USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

São considerados usuários da contabilidade as **pessoas, físicas ou jurídicas**, que **tenham interesse em informações da entidade**, utilizando-as para fins próprios, tais como:

a) **Empregados** – têm interesse em informações contábeis que sinalizem a capacidade de a entidade honrar suas obrigações patronais, como pagamento de **salários e benefícios**.

b) **Investidores** – fazem-se necessárias informações sobre a situação patrimonial e outras dela derivadas, como liquidez e rentabilidade, a fim de balizarem a tomada de decisão dos investidores na **aquisição de títulos** de uma determinada entidade.

c) **Credores por Empréstimos** – interessados em saber se a entidade terá condições de **pagar as parcelas** dos empréstimos e os juros correspondentes dentro do prazo de vencimento.

d) **Fornecedores** – necessitam de informações sobre a capacidade de pagamento de seus valores dentro do prazo de vencimento, o que poderá ser fundamental para a manutenção do **fornecimento de produtos**.

e) **Clientes** – apresentam interesse proporcional à dependência que os mesmos possuem em relação ao fornecimento concentrado de **produtos** por poucas entidades.

f) **Governo** – atuam de forma a garantir que o patrimônio seja controlado e registrado com obediência à legislação pertinente, de forma a não incorrerem erros nos cálculos dos **tributos** que deverão ser recolhidos.



FIQUE ATENTO!

Os usuários da contabilidade apresentados acima são **apenas exemplificativos,** podendo **ter outros**, basta **que tenham interesse e que necessitem da informação contábil.**

PONTO #3: CAMPO DE ATUAÇÃO

O campo de atuação da ciência contábil abrange as entidades econômico-administrativas – **aziendas** – de direito público ou privado, independentemente da sua finalidade.

Aziendas são **entidades econômico-administrativas** que utilizam bens patrimoniais e necessitam de um órgão administrativo que pratica atos de natureza econômica necessários a seus fins, sejam eles econômicos ou sociais.

→ Classificação das aziendas:

Classificação das aziendas				
Quanto à sua finalidade			Quanto à sua propriedade	
Sociais	**Econômicas**	**Econômico-sociais**	**Públicas**	**Privadas**
São entidades que não visam lucro na execução de suas atividades. Exemplos: entidades beneficentes e instituições sem fins lucrativos de apoio à cultura.	A finalidade é a obtenção de lucro. Exemplos: sociedades comerciais e industriais.	São aquelas que, além das finalidades sociais, visam também ao lucro, com o objetivo de prestar serviços, pecúlios e benefícios às pessoas que contribuíram para sua formação.	Organismos onde se desenvolvem atividades com o objetivo de administrar a coisa pública, visando o bem estar comum de uma coletividade.	Sociedades particulares pertencentes a uma pessoa ou conjunto de pessoas.

PONTO #4: CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O CPC 00 (R1) dispõe, dentre outras coisas, sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira. Segundo este pronunciamento, estas características devem ser aplicadas à informação contábil-financeira fornecida pelas demonstrações contábeis, assim como à informação contábil-financeira fornecida por outros meios. **Sendo a Administração da entidade a responsável primária pela elaboração e divulgação dessas informações.**

Além dos pressupostos básicos, a contabilidade deve observar algumas **características qualitativas** na elaboração das demonstrações contábeis, que são os **atributos que as tornam úteis** para os usuários.

O CPC 00 (R1), em seu Capítulo 3, divide as características qualitativas da informação contábil-financeira em:

1. **Características qualitativas fundamentais:**
    a. relevância; e
    b. representação fidedigna.
2. **Características qualitativas de melhoria:**

a. comparabilidade;
b. verificabilidade;
c. tempestividade; e
d. compreensibilidade.

Características Qualitativas Fundamentais

Relevância



As informações são relevantes quando **podem influenciar as decisões econômicas dos usuários**, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros, ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores. Para terem valor como previsão, as informações não precisam estar em forma de projeção explícita.

Informações sobre a posição patrimonial e financeira e o desempenho passado são frequentemente utilizadas como **base para projetar a posição e o desempenho futuros**. Estas informações são capazes de fazer diferença nas decisões se tiverem valor preditivo, valor confirmatório ou ambos.

> **Valor Preditivo** - *a informação contábil-financeira tem valor preditivo se puder ser utilizada como **dado de entrada** em processos empregados pelos usuários **para predizer futuros resultados**. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições*. (CPC 00 – R1)
>
> **Valor Confirmatório** - *a informação contábil-financeira tem valor confirmatório se **retroalimentar – servir de feedback** – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las)*.

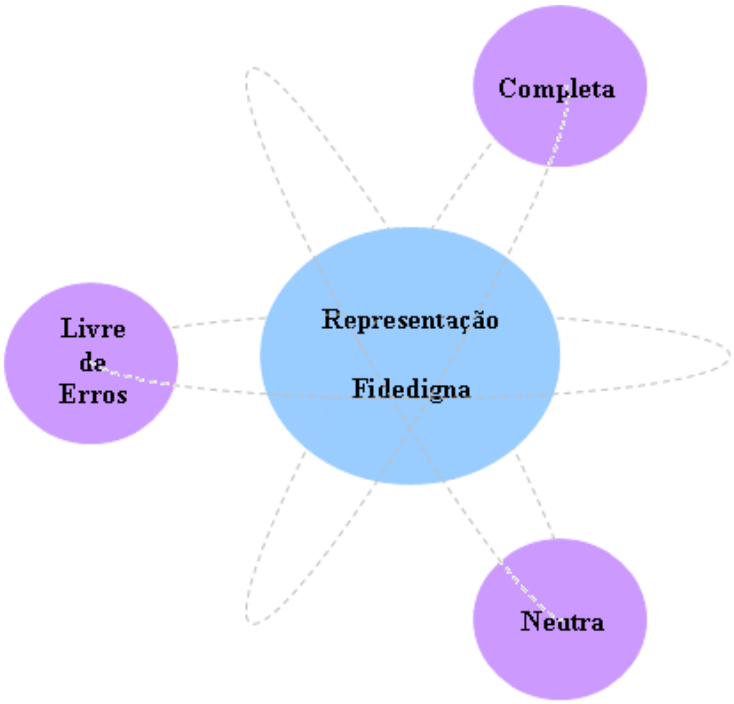
FIQUE ATENTO!

A relevância das informações é afetada pela sua natureza (o que é) e materialidade (o quantum). Sendo que em alguns casos, a natureza das informações, por si só, é suficiente para determinar a sua relevância.

Representação Fidedigna



Para ser útil, **a informação deve ser confiável**, ou seja, deve estar **livre de erros ou vieses** relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe a representar. O reconhecimento de uma informação não confiável, mesmo com o pretexto de que ela é relevante, pode influenciar negativamente as decisões de seus usuários.



Para ser **representação perfeitamente fidedigna**, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser **completa, neutra e livre de erro**.

Informação Completa - a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida e, portanto, não-confiável e deficiente em termos de sua relevância.

Informação Neutra - as informações contidas nas demonstrações contábeis devem estar dispostas de forma imparcial, neutra. A escolha ou apresentação de uma informação em uma demonstração contábil não deve, por si só, influenciar seus usuários na tomada de decisão.

Informação Livre de Erros - a informação deve representar adequadamente as transações e outros eventos que ela diz representar. Muitas vezes os erros de representação decorrem de dificuldades na identificação e aplicação de técnicas de mensuração e apresentação que possam transmitir, adequadamente, informações que correspondam a tais transações e eventos.



Lembre-se que a prudência é incompatível com a neutralidade, já que a adoção do menor valor para o ativo e o maior para o passivo, em caso de dúvida, pode levar a uma informação contábil enviesada. Por isso que, segundo o próprio CPC 00, "A característica prudência (conservadorismo) foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade. Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra".

Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. O retrato da realidade econômica completo deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias.

Características Qualitativas de Melhoria

Comparabilidade



As informações contábeis devem ser reconhecidas de modo consistente pela entidade, permitindo aos usuários comparar as demonstrações contábeis de períodos distintos.

Dessa forma, usuários devem ser informados das práticas contábeis seguidas na elaboração das demonstrações contábeis, de quaisquer mudanças nessas práticas e também o efeito de tais mudanças.

Tendo em vista que os usuários desejam comparar a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na posição financeira ao longo do tempo, é importante que as demonstrações contábeis apresentem as correspondentes informações de períodos anteriores.

No entanto, é importante destacar que **comparabilidade não significa uniformidade**. Para que a informação seja comparável, **coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes**.

A Comparabilidade pode ser obtida indiretamente por meio da observância da característica qualitativa fundamental da **representação fidedigna**, quando aplicada em grau satisfatório a dois fenômenos econômicos similares.

PRESTE MAIS ATENÇÃO!!

A comparabilidade **pressupõe a observação de dois elementos**, no mínimo, devendo: se forem iguais, têm que parecer iguais; se forem diferentes, devem parecer diferentes.

Durante o processo de elaboração das demonstrações, há alguns atributos que devem ser observados com certa ponderação, para que não haja prejuízo no reconhecimento de determinados eventos.

Verificabilidade



Segundo o CPC 00 (R1), "*A verificabilidade significa que* ***diferentes observadores, cônscios e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo****, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna*".

Em outras palavras, podemos entender que a verificabilidade significa que dois ou mais usuários, com certo grau de conhecimento e independentes, podem chegar a uma opinião sobre uma posição patrimonial da entidade cuja escrituração observou a representação fidedigna.

A verificação pode ser direta ou indireta:

Verificação direta - significa verificar um montante ou outra representação por meio de observação direta, como, por exemplo, por meio da contagem de caixa.

Verificação indireta - significa checar os dados de entrada do modelo, fórmula ou outra técnica e recalcular os resultados obtidos por meio da aplicação da mesma metodologia.

Tempestividade

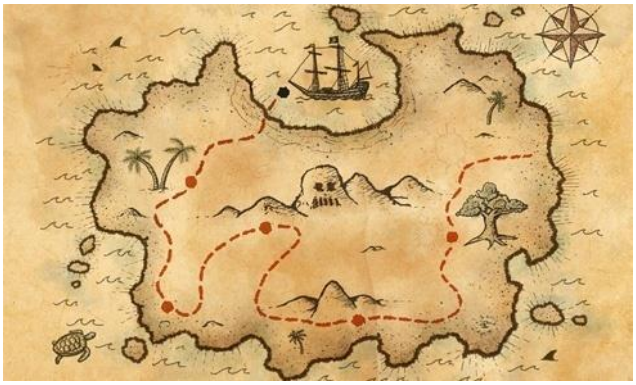


A Tempestividade é uma das duas dimensões do Princípio da Oportunidade, que estudaremos mais à frente. Como característica qualitativa de melhoria, significa ter **informação disponível** para tomadores de decisão **a tempo de poder influenciá-los em suas decisões**.

Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências.

É importante salientar que quando há demora indevida na divulgação de uma informação, é possível que ela perca a relevância, por isso deve haver uma ponderação entre o tempo decorrido entre a ocorrência do fato e o seu registro, para que não haja prejuízo à relevância da informação.

Compreensibilidade



É fundamental que as informações contidas nas demonstrações contábeis possam ser **prontamente entendidas** pelos seus usuários.

Nesse sentido, presume-se que os usuários tenham um **conhecimento razoável** dos negócios, atividades econômicas e contabilidade **e a disposição de estudar as informações com razoável diligência**.



Não se deve excluir das demonstrações contábeis informações complexas que possam influenciar a tomada de decisão, mesmo com a justificativa de que estas informações não sejam de certa forma, compreensíveis a todos os usuários.

Para finalizar nosso tópico sobre as características qualitativas da informação contábil, devemos perceber que o requisito fundamental de uma informação útil é que ela seja relevante e que seja uma representação fidedigna, pois as características qualitativas de melhoria, quer sejam individualmente ou em grupo, não têm o condão de tornar uma informação irrelevante ou que não seja uma representação fidedigna em uma informação útil.

PONTO #5: PREMISSA SUBJACENTE

De boa aí, pessoal? Esse assunto não cai muito em provas (costumava cair mais quando as provas exigiam a literalidade da Res. 750/93 do CFC, a qual não se encontra mais vigente – lembrem-se que

a continuidade "era" um dos princípios arrolados naquela norma), então vamos ver apenas o que realmente interessa.

→ Continuidade

As demonstrações contábeis são normalmente preparadas no pressuposto de que a entidade **continuará em operação no futuro previsível**.

Se a entidade tiver a intenção ou necessidade de entrar em liquidação, as demonstrações contábeis terão que ser preparadas numa base diferente e, nesse caso, tal base deverá ser divulgada.



A continuidade da entidade **influencia o valor econômico dos seus ativos**, em muitos casos, **o valor e o vencimento de seus passivos**.

PONTO #6 ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Neste título, trataremos apenas dos pontos mais importantes, conceitualmente falando, sobre as classes do Ativo, Passivo e Patrimônio líquido à luz do CPC 00. Isso porque nos aprofundaremos no estudo destes itens em aulas vindouras. Deixemos de conversa, vamos ao que interessa...

A apresentação desses elementos no balanço patrimonial envolve um processo de subclassificação (em grupos, subgrupos, contas e subcontas). Os ativos podem ser classificados por sua natureza ou função nos negócios da entidade, a fim de apresentar as informações úteis aos usuários para fins de tomada de decisões econômicas.

No Balanço Patrimonial, demonstração que retrata a posição patrimonial e financeira da entidade, estes elementos são definidos como segue:

(a) **ativo** é um **recurso controlado pela entidade** como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

(b) **passivo** é uma **obrigação presente da entidade**, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;

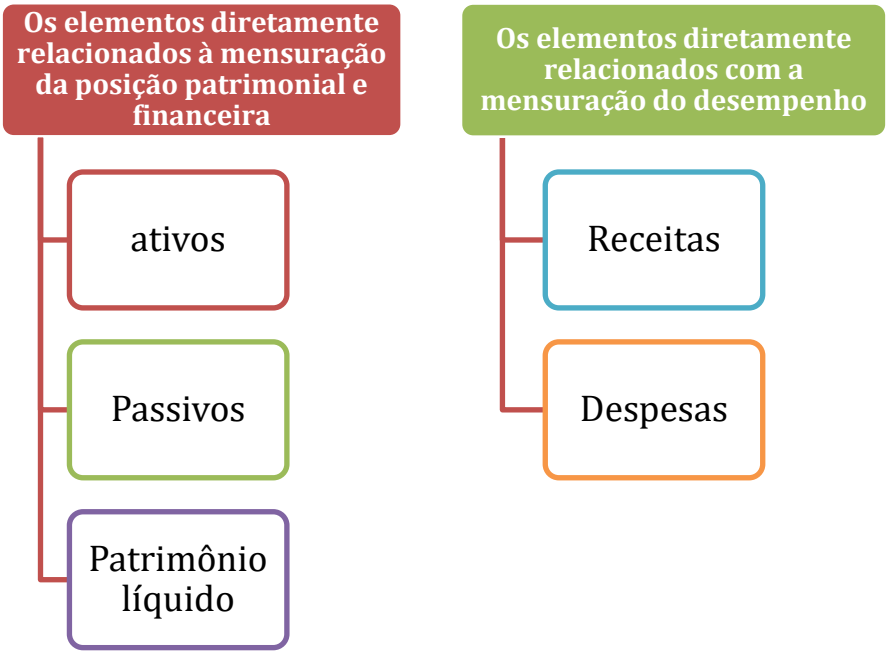
(c) **patrimônio líquido** é o **interesse residual** nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos (Patrimônio Líquido = Ativo – Passivo).



Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Os

elementos diretamente relacionados com a **mensuração do desempenho** na demonstração do resultado são as **receitas e as despesas**.

OPA! Vamos mentalizar o fique atento:



Conforme previstos nos itens 4.10 e 4.17 do CPC 00, temos as seguintes hipóteses de utilização de ativos e liquidação de passivos:

ATIVO (o ativo pode ser:)	PASSIVO (pode ser liquidado por:)
(a) usado isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de bens ou na prestação de serviços a serem vendidos pela entidade;	(a) pagamento em caixa;
(b) trocado por outros ativos;	(b) transferência de outros ativos;
(c) usado para liquidar um passivo; ou	(c) prestação de serviços;
(d) distribuído aos proprietários da entidade.	(d) substituição da obrigação por outra; ou
	(e) conversão da obrigação em item do patrimônio líquido.

PONTO #7 MUTAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA

As informações sobre a **posição patrimonial e financeira** são principalmente fornecidas pelo **balanço patrimonial**. As informações sobre **o desempenho** são basicamente fornecidas na **demonstração do resultado**.As informações sobre **as mutações na posição financeira** são fornecidas em demonstração em "**separado**", tal como a demonstração de fluxos de caixa.



De acordo com o CPC 00 (R1), **a demonstração das mutações na posição financeira** usualmente reflete **os elementos da demonstração do resultado e as alterações nos elementos do balanço patrimonial.**Desta maneira, esta Estrutura Conceitual não identifica **qualquer elemento que seja exclusivo dessa demonstração**.

PONTO #8 PERFORMANCE

Para medir a performance da entidade, utilizamos frequentemente o resultado de um período. Porém, podem ser usados outros indicadores, como por exemplo, retorno do investimento ou resultado por ação.

Quando o desempenho da entidade é analisado de acordo com o resultado, **devemos confrontar as receitas com as despesas** de um determinado período, que, de acordo com o CPC 00, podem ser definidos como:

> "Os elementos de receitas e despesas são definidos como segue:
>
> (a) **receitas** são **aumentos nos benefícios econômicos** durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais;
>
> (b) **despesas** são **decréscimos nos benefícios econômicos** durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais."

Esta definição de receita abrange, além das receitas propriamente ditas, os ganhos que podem ou não surgir no curso das atividades usuais da entidade. Esses ganhos representam um aumento nos benéficos econômicos. Desta forma, possuem a mesma natureza das receitas.

Já em relação às despesas, são reconhecidas as despesas (propriamente ditas) do curso normal da entidade e as perdas usuais.

PONTO #9 RECONHECIMENTO

Um item que se enquadre na definição de um elemento deve ser reconhecido se:

(a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
(b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

Atenção! Para avaliar se um item deve ou não ser reconhecido, deve ser analisadas as observações sobre a materialidade (características qualitativas da informação contábil, que tratamos no ponto 1).

PONTO #10: PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE X CPC 00

O CPC 00 – Estrutura Conceitual (NBC TSP EC), publicado no dia 4 de outubro de 2016, **revogou** as resoluções do CFC que aprovaram as normas aplicáveis ao setor público - NBC T 16.1 a 16.5 -, parte da NBC T 16.6 e, ainda, a Resolução nº 750/1993 (Princípios de Contabilidade).

A revogação das resoluções teve como objetivo a **unicidade conceitual**, indispensável para evitar divergências na concepção doutrinária e teórica, que poderiam comprometer aspectos formais das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs).

Contudo, a revogação da Resolução nº 750/1993 não significa que os Princípios de Contabilidade estejam extintos.

Dessa forma, para evitar que você perca algum ponto em uma eventual questão teórica-conceitual, vamos apresentar os principais conceitos dos seguintes Princípios de Contabilidade:

a) entidade;
b) continuidade;
c) oportunidade;
d) registro pelo valor original;
e) competência; e
f) prudência.



Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

PRINCÍPIO DA ENTIDADE:

Reconhece **o patrimônio como objeto da Contabilidade** e afirma a autonomia patrimonial (núcleo deste princípio da entidade).

Há, portanto, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes. O patrimônio da entidade não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE:

Pressupõe que a Entidade **continuará em operação no futuro** e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

Segundo este princípio, a avaliação das mutações patrimoniais deve considerar a hipótese de que, até que surjam evidências em contrário, a empresa continuará a operar indefinidamente no futuro.

A continuidade da entidade influencia o valor econômico dos seus ativos e, em muitos casos, o valor e o vencimento de seus passivos.

PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE:

Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações **íntegras e tempestivas**.

Para este princípio, devem ser reconhecidas todas as variações patrimoniais sofridas, devendo ser lançadas no momento em que ocorrem.

O princípio da oportunidade apresenta duas dimensões, integridade e tempestividade, a saber:

I)Integridade refere-se à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, sem omissões ou excessos.

II) Tempestividade diz respeito ao momento do registro da variação patrimonial, devendo este ser efetuado no momento em que ocorre, mesmo na hipótese de alguma incerteza.

REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL:

Determina que os componentes do patrimônio devam ser inicialmente registrados pelos **valores originais** das transações, expressos em moeda nacional.

Em outras palavras, este princípio estabelece que os itens patrimoniais devam ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior.

Os bens, direitos e obrigações devem ser registrados no patrimônio pelo seu custo histórico e suas variações (pois registrar pelo custo histórico não significa que os valores não possam sofrer alteração).

Os componentes do patrimônio, inicialmente registrados pelo seu custo histórico, **podem sofrer variações** decorrentes dos seguintes fatores:

I) **Custo corrente**. O registro dos ativos e passivos seria feito pelo valor necessário para adquiri-los ou liquidá-los, respectivamente, na data ou período das demonstrações contábeis.

II)**Valor realizável**. Os ativos e passivos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais seriam necessários para adquiri-los ou liquidá-los, respectivamente, de forma ordenada e no curso normal das operações da entidade.

III) **Valor presente**. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa o qual se espera que seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera que seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

IV) **Valor justo**. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

V) **Atualização monetária**. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais. A atualização monetária não representa nova avaliação.

PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA:

Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos **períodos a que se referem**, independentemente do recebimento ou pagamento.

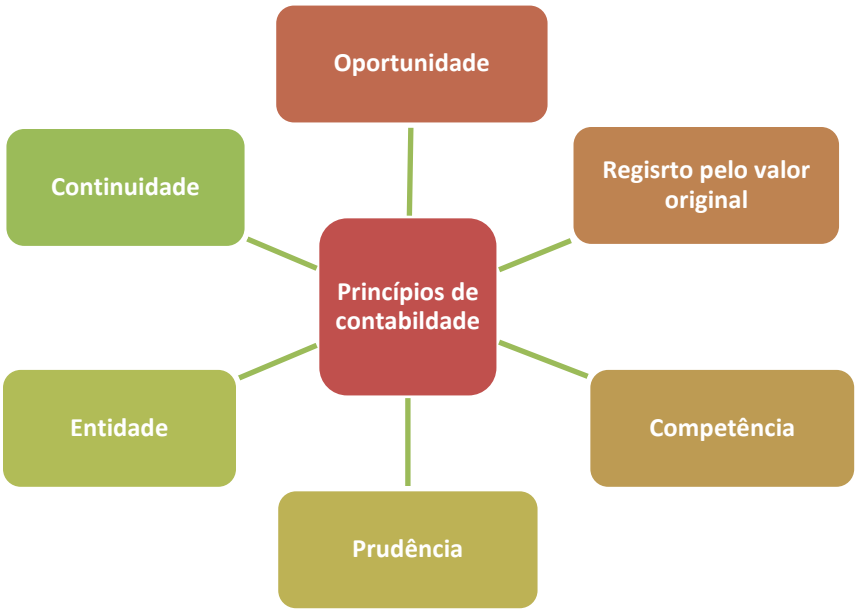
PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA:

Este Princípio determina a adoção do **menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO**, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

TOME NOTA!

Segundo o CPC 00, a característica prudência (conservadorismo) foi também *retirada da condição de aspecto da representação fidedigna* por ser **inconsistente com a neutralidade**. Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra.

Para sintetizar os princípios de contabilidade, segue mapa mental:



6 - QUESTIONÁRIO DE REVISÃO

Sem respostas:

1. Qual é o objeto da contabilidade?
2. O objeto da contabilidade se restringe ao aspecto quantitativo do patrimônio organizacional?
3. Apenas as entidades econômicas estão dentro do campo de atuação da contabilidade?
4. O que seria Premissa Subjacente?
5. O que seria “materialidade”?
6. Em contabilidade, quais são os limites da formalidade?
7. Um bem capaz de gerar benefícios econômicos futuros para uma entidade, independentemente de estarem ou não sob seu controle, integram o ativo patrimonial dessa entidade?

Com respostas:

1. Qual é o objeto da contabilidade?

O patrimônio.

2. O objeto da contabilidade se restringe ao aspecto quantitativo do patrimônio entidade?

Não. A contabilidade realiza a escrituração dos fatos contábeis que afetam a entidade, sejam **quantitativamente**, quando alteram a situação líquida patrimonial da entidade, diminuindo ou aumentando seu patrimônio, ou **qualitativamente,** quando ocorrem alterações nos elementos patrimoniais na entidade, porém sem alterar sua situação líquida.

Desta maneira, tanto os aspectos quantitativos quanto os qualitativos são objeto de estudo da contabilidade.

3. Apenas as entidades econômicas estão dentro do campo de atuação da contabilidade?

Não. As entidades sociais, mesmo não tendo como objetivo o lucro, estão dentro do campo de atuação da contabilidade.

4. O que seria Premissa Subjacente?

Segundo o item 4.1 do CPC 00, "as demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (*goingconcernassumption*) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada".

5. O que seria "materialidade"?

A materialidade está relacionada ao tamanho do item, devendo ser levados em consideração o peso que este item tem dentro do patrimônio da entidade e as consequências de sua omissão ou de erro em seu lançamento.

6. Em contabilidade, quais são os limites da formalidade?

Cuidado com isso. Em contabilidade, nem tudo que parece é! Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais. Eis o famoso jargão "essência sobre a forma".

7. Um bem capaz de gerar benefícios econômicos futuros para uma entidade, independentemente de estarem ou não sob seu controle, integram o ativo patrimonial dessa entidade?

Não. De acordo com o CPC 00 (R1), ativo é um **recurso controlado** pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. Portanto, o controle do ativo é uma condição essencial para caracterizá-lo como um ativo.

7–Aposta Estratégica

Como estamos diante de assuntos ainda não explorados na Área Fiscal, vamos trazer aqui, de forma bem objetiva, os pontos que consideramos mais "suscetíveis "de serem cobrados em provas, a saber:

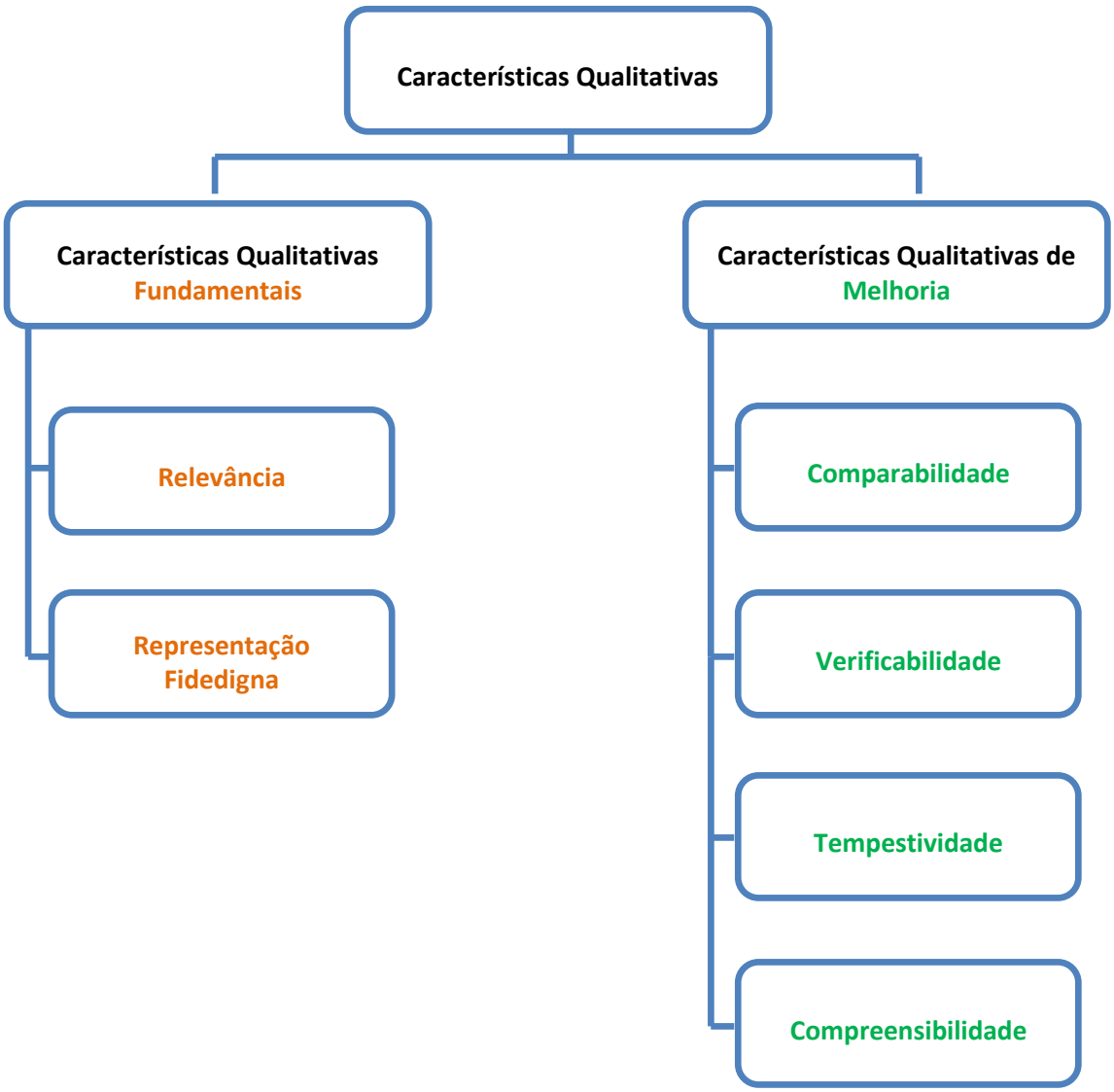
1ª Aposta – A informação de que a característica da **prudência** (conservadorismo) foi **retirada da condição de aspecto da representação fidedigna**, por ser inconsistente com a neutralidade.

Inclusive esse é um tema que poderia facilmente constar em uma prova discursiva, tendo em vista a argumentação que pode ser feita em torno dessa temática.

FIQUE ATENTO!

Subavaliações de ativos e **superavaliações** de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são **incompatíveis com a informação que pretende ser neutra**.

2ª Aposta – Características Qualitativas da Informação Contábil:



8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final desse nosso primeiro relatório do Passo Estratégico para **Auditor de Controle Interno do ISS Porto Alegre.**

É preciso entender que estamos diante de assuntos de muita importância para o estudo da Ciência Contábil. Por isso, prestem bastante atenção nesses assuntos e não deixem de revisar esses pontos.

As questões trazidas neste relatório servem apenas como exemplo, por isso encorajamos que vocês arregacem as mangas e pratiquem bastante. Fazer o máximo de questões possível vai aproximar vocês da excelência.

Por hoje é só!

Grande Abraço e bons estudos!

Luis Eduardo e Rafael Barbosa



"Transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha".

- Confúcio–

9- LISTA DAS QUESTÕES

1. FUNDATEC - Auditor do Estado (CAGE RS)/2014

A partir da Teoria Contábil, considera-se objeto da contabilidade:

a) Os atos e fatos patrimoniais.

b) O patrimônio das entidades.

c) As entidades públicas e privadas.

d) Os atos e fatos da gestão.

e) As entidades empresariais e sem fins lucrativos.

2. FUNDATEC - Controlador Interno (CIGA SC)/2018

O Princípio de Contabilidade que determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido, é o da:

a) Competência.

b) Competitividade.

c) Máxima Cautela.

d) Prevenção.

e) Prudência.

3. FUNDATEC - Contador (CM Camaquã)/2015

É o Princípio Contábil que pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro. Portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. A qual princípio se refere esse conceito?

a) Prudência.

b) Entidade.

c) Longo Prazo.

d) Continuidade.

e) Competência.

4. FUNDATEC - Auditor do Estado (CAGE RS)/2014

O Princípio Contábil da Prudência determina a adoção

a) do maior valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

b) do menor valor para os componentes do Ativo e do menor para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

c) do maior valor para os componentes do Ativo e do menor para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

d) do menor valor para os componentes do Ativo e de menor ou igual valor para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

e) do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

5. FUNDATEC - Técnico Superior Administrativo (IRGA)/Contabilidade e Finanças/2013

De acordo com a Resolução CFC nº 750/93, qual o princípio contábil que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas?

a) Competência.

b) Realização.

c) Oportunidade.

d) Consistência.

e) Materialidade.

6. FUNDATEC - Auditor do Estado (CAGE RS)/2014

As características qualitativas fundamentais da informação contábil são relevância e representação fidedigna. Com relação à relevância, é correto afirmar que:

a) Um retrato da realidade econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos.

b) Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e aplicado livre de erros.

c) A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão, mesmo que alguns usuários tenham decidido não a levar em consideração ou já tenham tomado ciência de sua existência por outras fontes.

d) A informação deve ser completa, neutra e livre de erro.

e) O retrato da realidade econômica completo deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias.

7. (2013 – AFR-ICMS-SP)

O Princípio

I. da Entidade estabelece que o patrimônio pertence à entidade e que não se confunde com o patrimônio dos seus sócios ou proprietários.

II. da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio não precisam levar em conta esta circunstância.

III. do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

IV. da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos em que ocorrem os respectivos recebimentos ou pagamentos.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III, apenas.

b) II e IV, apenas.

c) I, II e IV, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II, III e IV.

8. (2012 – AFTM-ISS-SP)

Sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiro, considere:

I. As autoridades tributárias podem determinar exigências específicas para atender a seus próprios interesses e, consequentemente, mudar a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral.

II. A avaliação da administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas é uma das necessidades comuns da maioria dos usuários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

III. O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos.

IV. Comparabilidade é a característica qualitativa que define o uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II, III e IV.

b) I e II.

c) II e III.

d) III e IV.

e) I, II e III.

9. (2013 – AFR-ICMS-SP)

O auditor externo, ao avaliar as demonstrações contábeis da empresa Saracura farmacêuticos S.A., solicitou que as provisões para créditos de liquidação duvidosa fossem constituídas de forma conservadora, incluindo todos os créditos vencidos há mais de 60 dias. O procedimento foi adotado em decorrência de a empresa estar com bons resultados e apresentar posição mais conservadora, resguardando a administração e a auditoria. Nesse caso, a estrutura conceitual vigente

a) está sendo atendida, pois contempla a característica da prudência, requisito básico para elaboração de uma demonstração contábil fidedigna.

b) não está sendo atendida, uma vez que para reconhecer os créditos vencidos há mais de 60 dias, a empresa tem a obrigatoriedade de efetuar a cobrança judicialmente para só posteriormente realizar a provisão.

c) está sendo atendida, pois ela faculta a apresentação das demonstrações contábeis considerando a característica da prudência.

d) não está sendo atendida, pois ela não permite a apresentação de uma demonstração fidedigna e que seja consistente com a neutralidade.

e) está sendo atendida, desde que sejam justificados os motivos que levaram à adoção do procedimento, em nota explicativa, e quantificados seus efeitos.

10. (2009 – AFR-ICMS-SP)

A empresa Empreendimentos S.A. atua no seguimento da construção civil exclusivamente na construção de agências bancárias. Nesse mercado a inadimplência é próxima de zero em decorrência de o setor ser bastante forte. Com o objetivo de ampliar seus negócios, a empresa passou a atuar, no último ano, no seguimento de casas populares, em que o ganho é maior e o risco de inadimplência, também. O faturamento nesse primeiro ano representou 2% do total. A empresa deve divulgar essa informação por ser

a) material e permitir a avaliação do patrimônio líquido.

b) neutra e não modificar a análise do usuário.

c) essencial para o encerramento das demonstrações contábeis.

d) direcionadora para tomada de decisões a favor da empresa.

e) relevante e afetar a avaliação de riscos e oportunidades.

11. (2014- ACE– TCE GO)

A contabilidade sempre requereu dos contabilistas que os registros contábeis fossem elaborados em conformidade com a documentação que oficializa a transação efetuada. Com as novas normas contábeis, para que o fato contábil seja registrado, além da documentação, deve ser avaliada

a) a materialidade.

b) a essência.

c) a prudência.

d) a solvência.

e) o custo-benefício.

12. (2012- AJAC - CONTABILIDADE – TRF 2)

O princípio fundamental de contabilidade que estabelece que o reconhecimento das receitas deva ocorrer simultaneamente com o das despesas a ela correlacionadas denomina-se princípio da

a) Entidade.

b) Oportunidade.

c) Continuidade.

d) Competência.

e) Materialidade.

13. (202- AJ – CONTADOR -TJ PE)

A adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido, é determinada pelo princípio

a) da entidade.

b) da continuidade.

c) do registro pelo valor original.

d) da prudência.

e) da competência.

14. (2017- AJ - CONTABILIDADE– TRT 11)

O objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral é

a) atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam para a tomada de decisão.

b) determinar o valor de mercado da entidade que reporta a informação para que investidores existentes e em potencial, credores por empréstimos e outros credores, possam tomar decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

c) fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

d) fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis à tomada de decisão pelos administradores da entidade, já que estes são incapazes de obter a informação no formato que necessitam.

e) Fornecer uma descrição ou retrato exato da situação econômico-financeira da entidade para que investidores existentes e em potencial, credores por empréstimos e outros credores, possam tomar decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

15. (2015- ANA– CNMP)

O objetivo da contabilidade que se concretiza pela obediência aos princípios que dirigem os seus procedimentos e que se reflete nas demonstrações que lhe cabe elaborar denomina-se

a) Escrituração.

b) Evidenciação.

c) Mensuração.

d) Consolidação.

e) Planejamento.

16. (2014-ACE– TCE GO)

Os três atributos para que uma demonstração financeira seja considerada fidedigna são:

a) Completa, neutra e livre de erro.

b) Suficiente, prudente e livre de fraude.

c) Limitada, suficiente e livre de erro.

d) Integral, prudente e livre de fraude.

e) Adequada, possível e livre de erro.

17. (2012- ACE – TCE AP)

São características qualitativas que tornam as Demonstrações Contábeis úteis para seus usuários:

a) a imaterialidade, a confiabilidade e a relevância.

b) a confiabilidade, a comparabilidade e a compreensibilidade.

c) a transparência, a continuidade e a independência.

d) o denominador comum, a imaterialidade e a relevância.

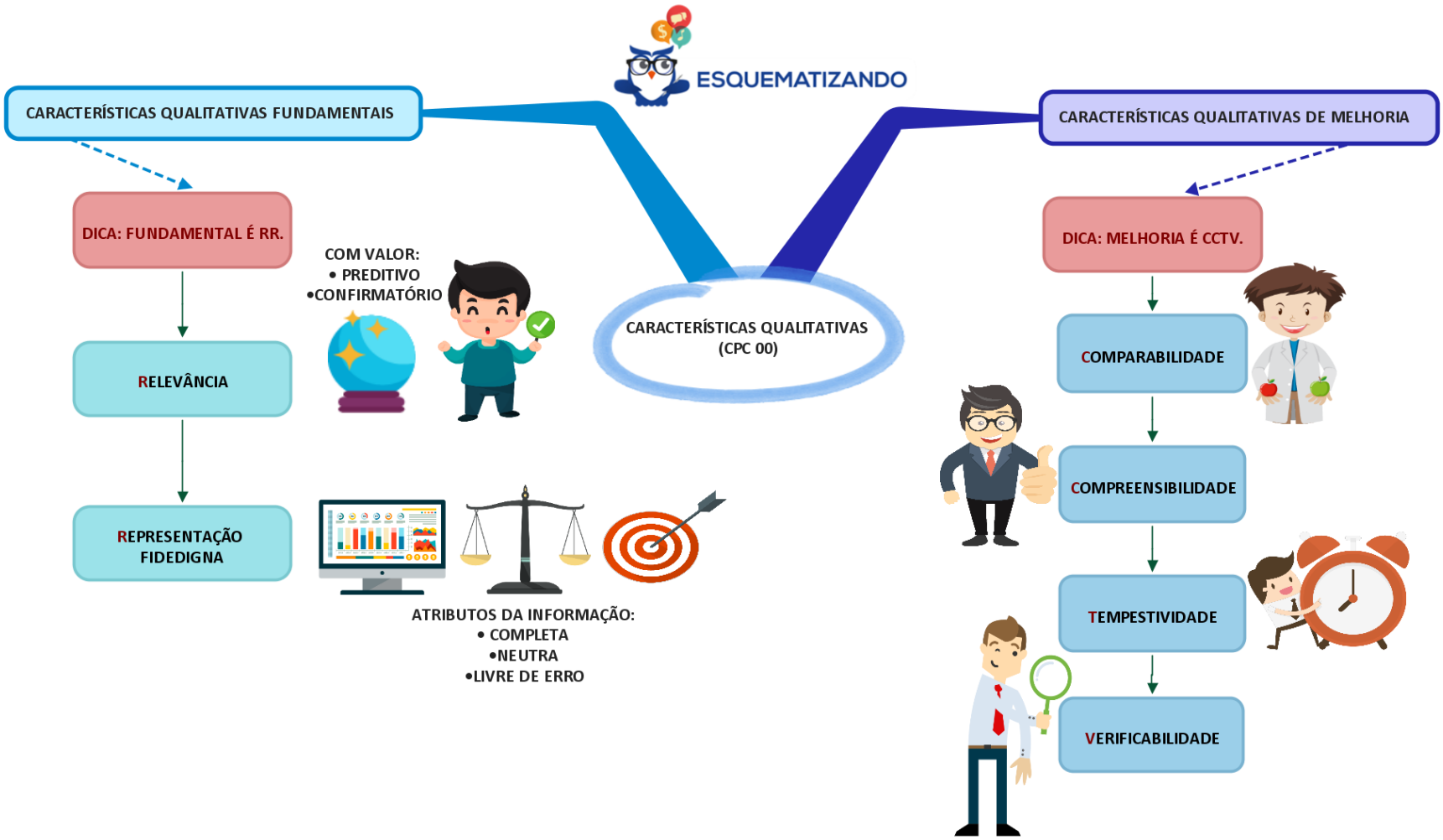
e) a consistência, a relevância e o custo benefício.

10 - GABARITO

1) B
2) E
3) D
4) E
5) C
6) C
7) D
8) C
9) Anulada
10) E
11) B
12) B
13) D
14) C
15) B
16) A
17) B

11–MENTALIZANDO

Pessoal! A seguir, trago um **mapa mental** para que vocês possam utilizar como ferramenta de **sedimentação do conteúdo** estudado na aula de hoje.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.